

## VERSÕES DISCURSIVAS DA AMAZÔNIA: ENTRE A “FICÇÃO E O REAL” NA OBRA “À MARGEM DA HISTÓRIA”, DE EUCLIDES DA CUNHA

Romário Ney Rodrigues de Souza<sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho objetiva tecer algumas reflexões sobre a obra *À margem da história*, de Euclides da Cunha. A chamada literatura de expressão amazônica, literatura pródiga em produção, construiu inúmeras versões, olhares disformes, escritas multifacetadas sobre as “Amazônias”; algumas, sem se dar conta de que essa “*biléia*” não é um “lugar natural”, unívoco, homogêneo, um ente a priori, mas, passa pelas mutações de olhares e versões, como produto de estratégias, práticas discursivas e relações de poder, objetivando criar certas imagens identitárias nos trópicos. A base teórica que referencia as análises dos textos é a perspectiva foucaultiana, contudo, sem perder de vista o diálogo com outros autores como Hall, Certeau, Orlandi, Said. A tese principal com a qual buscamos dialogar é que a “Amazônia”, enquanto signo produzido pelo discurso e pela linguagem, não pode ser acessado na sua “essência” como “realidade”, mas narrativa produzida nas interfaces dos sentidos, uma ficção.

### PALAVRAS-CHAVE

Amazônias. Discurso. Euclides da Cunha.

### INTRODUÇÃO

Uma das questões que deve ser colocada é a partir de qual lugar e sobre qual “Amazônia” se fala. A questão do lugar é de fundamental importância, pois é partir daí que se percebem os sentidos, as derivas e as construções hermenêuticas voltadas para esse objeto de estudo, as “Amazônias”. Privilegiamos o uso no plural, e, na maioria das vezes, com aspas, tendo em vista não ser possível falar ou referenciar a “Amazônia” objetivamente no singular em função das complexas nuances que estão no entorno da palavra.

A proposta, portanto, não é tomar a “Amazônia” como algo dado, já existente no século XVI, mas como construção discursiva que alimentou a muitos projetos políticos. Olhar por esse prisma implica romper com certos paradigmas epistêmicos no sentido em que a palavra passou a figurar no imaginário social como “ambiente natural”, homogêneo, partilhando visões reducionistas. Esse olhar produziu uma naturalização conceitual, sem perceber, contudo, que as conceituações fazem parte de fabricações discursivas, de movimentos históricos, uma vez que não são estanques. Assim, ao dialogarmos com autores que abordam essa temática, mostraremos que há limites na maneira como as “Amazônias” foram inscritas e inventadas, a partir de uma história discursiva, história como ficção. Pois não há relação direta entre as “palavras e as coisas” como espelhamento da verdade e do “real”, uma vez que narramos e somos narrados o tempo todo.

### DERIVAS DOS SENTIDOS: VERSÕES DISCURSIVAS DAS AMAZÔNIAS

“Amazônia” é uma palavra polissêmica, pois implica em deslocamentos, efeitos de sentidos, enunciados e significações. A vasta literatura que a produziu percorre um itinerário complexo, ambíguo, cheio de bifurcações. Os viajantes que se propuseram a falar, descrever, definir e esquadrihar as terras, partiram da necessidade de culturalizar as nações, tornando-as reféns do discurso da posse e do domínio. O signo “Amazônia”, como invenção histórica, pertence ao mundo dos homens, calcado na fabricação das palavras/conceitos, como forma de naturalizar e congelar os sentidos. Nas palavras da pesquisadora Simone de Souza Lima:

a ampla região que hoje dá chão e acolhe vários Estados brasileiros é tardia [...]. O termo *Amazônia* foi sendo forjado com maior força ideológica apenas no final do século 19 e início do século 20, ao que nos parece a partir da contribuição de escritores como Inglês de Sousa, Euclides da Cunha, Alberto Rangel, Peregrino Júnior, José Veríssimo, dentre outros (LIMA, 2014, p. 25).

<sup>1</sup> Professor da Educação Básica, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre.

Desde o século XVI, portanto, as “regiões” são projetadas sempre a partir de um lugar, o lugar do discurso, com perspectivas de desenhar essas territorialidades sob um viés concreto, um dado, isto é, a partir de uma “realidade”. “Regiões”, nessa perspectiva, “não existem simplesmente”, pois, “os modelos identitários são, pura e simplesmente, construídos pelo homem” (JOACHIMSTHALER, 2009, p. 28). Não se pode dizer que pelo fato dos viajantes serem “filhos do seu tempo”, isto é, serem geridos pelo seu contexto histórico, cultural e econômico, são inocentes no uso da escrita ou nas falas a respeito da construção desses espaços diversos que compõem as “Amazônias”. Não há inocência na forma de ver, produzir, engendrar os conceitos e criar os mitos. Aliás, os mitos foram e são necessários ao longo do tempo, pois se inscrevem numa *teleologia*, numa finalidade de coexistir com os seres humanos e lhes dar sentido, alimentar projetos identitários, políticos e nacionalistas.

As literaturas produzidas pelos cronistas desde o século XVI correspondiam a esses projetos. A escrita, nas suas múltiplas formas, foi poderoso instrumento no sentido de recriar um mundo fantasioso, um *Édem*, um mundo de mulheres guerreiras, as *Amazonas* do mito grego. As literaturas foram forjadas nos interstícios de projetos “civilizatórios”, no apagamento das línguas, no desrespeito à alteridade, na inferiorização das culturas, no olhar colonizador. Os viajantes não economizaram comparações e semelhanças, por exemplo, entre os animais do “Novo Mundo” com a Europa. Como nos aponta Neide Gondim:

Os séculos podem variar e os cronistas serem originários das mais diferentes nacionalidades, no entanto, diante do rio e da mata amazônicas, quase genericamente, nenhum se isentou de externalizar sentimentos que variavam do primitivismo pré-edêmico ao infernismo primordial (GONDIM, 1994, p. 77).

Uma das características centrais que vai marcar as grandes expedições dos cronistas desde o século XVI é, certamente, o olhar. A “grandiosidade”, o “real-maravilhoso”, os “mistérios” que envolvem esse “objeto móvel”, a natureza, demonstram as diferentes formas de reações diante daquilo que estrutura o olhar, produzindo sentimentos peculiares diante de tamanhas “maravilhas” como efeitos de sentidos a partir da noção do “natural”. Ainda segundo Neide Gondim:

O primeiro documento que se tem conhecimento sobre a penetração do europeu no maior rio da Amazônia, data de 1541-2 e foi redigido pelo dominicano frei Gaspar de Carvajal, expedicionário às ordens de Francisco Orellana, governador da cidade de Santiago de Guayaquil. Segundo a tradição dos cronistas viajantes, Carvajal inicia seu descobrimento do Rio de Orellana assegurando que tudo que eu vou contar daqui por diante será como testemunha de vista e homem a quem Deus quis dar parte de um tão novo e nunca visto descobrimento, como é este que adiante direi (GONDIM, 1994, p. 78).

Algumas questões nos chamam a atenção nessa citação e precisam ser problematizadas. Neide Gondim parte do documento para referenciar a penetração do europeu no rio nomeado de “rio da Amazônia”, datado de 1541-2. A autora repete os discursos e relatos dos cronistas tomando-os com certa carga de objetividade. Outra questão é o processo de *interdiscursividade*, os discursos imiscuindo-se a outros, pois a autora interpreta os discursos de Carvajal como um dado, isto é, o discurso do *des-cobrimento* ligando-o em seguida ao rio que passa a ter o nome do governador de Santiago de Guayaquil, Francisco Orellana. O rio passa a ter esse nome porque é nomeado assim. A ideia de descobrir é como a metáfora de desnudar, encontrar o que era desconhecido, “revelar”. É justamente esse discurso que passa a circular, o discurso do “des-cobrimento”, como se antes o que “existia” era o vazio, populações desculturalizadas, despossuídas de valores, bárbaros e selvagens.

As expedições, sob a insígnia dos ideais europeus, fazem grandes e difíceis percursos e em nome da Coroa espanhola invadem comunidades de nativos, tornando-as seus servis. Impelidos pelos sentimentos do imperialismo, os viajantes ouvem falar sobre o *Eldorado*, as fortunas, o ouro e todo tipo de

riqueza que os torna cada vez mais ávidos pela apropriação desse “Novo Mundo”. Para essas expedições, que, por exemplo, percorrem as regiões do Quema, povoado próximo de Quito, no Peru, (GONDIM, 1994) os animais, os frutos assim como outros elementos dessa “Amazônia” que vai sendo inventada e fabricada, são reflexos e ilusões do que existe na Espanha. Isto é, não compõem uma tradição própria, ao contrário, só “existem” e passam a ter algum significado porque lembram ou parecem com o que preexiste no mundo europeu. Ainda dialogando com a citação de Neide Gondim, um segundo elemento que podemos destacar é o fato de que a narrativa passa a ser vista como “*testemunho*” do mundo que será “descoberto”, “desnudado”. No entanto, esse “des-cobrimto” não é algo fortuito, é marcado pela legitimação do sagrado, no discurso do cronista. Não é inocente o fato das expedições se apropriarem de determinadas comunidades de nativos e ali, em nome da Coroa, com o discurso da “ocupação justa”, fincarem uma cruz como estratégia de conquista da terra e das almas dos “hereges selvagens”. A religião, a ciência assim como a literatura, exerceu sempre um papel preponderante no processo de colonização. A busca pela “origem” de um mundo que guarda terras idílicas, assim como o ato de nomear os rios, os frutos, as terras, os nativos, caracteriza dispositivos de poder que atravessam os corpos, tornando-os “úteis” e “produtivos”.

Nomear implica em estratégias de poder, traduz a imagem de quem se autoriza ou foi autorizado a fazê-lo. Nomear indica inscrever no corpo e no imaginário marcas identitárias, domínios, sentidos homogeneizados, pois parecem espelhar o “real”. Assim como o “Oriente”, a “América”, o “Nordeste”, a “brasilidade”, as “culturas locais”, caracterizadas pelas falas, a “Amazônia” foi igualmente reproduzida pelas emergências das dizibilidades que vão marcando os corpos dentro de redomas, constituindo efeitos de sentidos na formação de “identidades”, no imaginário e nas práticas sociais. Isso significa que “somos reproduzidos por uma fala que não tem um lugar, mas muitos. E “muitos” aqui é igual a “nenhum”. Desse lugar vazio fazemos falar as outras vozes que nos dão uma identidade. As vozes nos definem” (ORLANDI, 1990, p.19).

Os primeiros viajantes dos séculos XVI e XVII e os que vieram depois foram movidos, quer por projetos políticos, econômicos ou religiosos, por esses ideais de criar imagens, fazer comparações, inventar mitos, invadir os espaços do outro e designá-los como “vazio” e “incivilizado”, “misterioso”, “encoberto” e que podem, somente por meio do contato com o “homem branco”, serem decifrados pela lógica de uma cultural que se imagina superior.

No sentido em que estamos tratando, a “Amazônia” não existe, ela é inventada, fabricada discursivamente. A partir de sua invenção, a Amazônia passou a designar um mosaico de designações, depois um corolário pendular para denotar “um paraíso perdido” e, ao mesmo tempo, “inferno verde”. Essa fabricação é resultado de uma “*maquinaria discursiva*” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.100), portanto, não é uma entidade natural que sempre existiu como portadora de uma essência, mas agenciada por práticas que implicam em um poder-saber (FOUCAULT, 2003). Dessa forma, a “Amazônia” não existe, nem antes nem depois, uma vez que sua fabricação é uma composição “imagético-discursiva”, um signo cujo referente não é a mesma coisa nas teias das temporalidades.

A invenção da Amazônia, isto é, sua fabricação, é costurada por múltiplas “visibilidades” e “dizibilidades”, marcando uma memória social da relação do passado com o presente, numa perspectiva “naturalizada” que se corporifica no imaginário popular das representações como se fosse a realidade. Assim, essa “Amazônia” passou a significar “isso” ou “aquilo”, pois, tais interpretações e a maneira de dar forma a esse objeto, são perpassadas por muitos interesses políticos como forma de alimentar o ideário do capital. Assim, formou-se nesses sujeitos falantes (cronistas, viajantes, escritores, romancistas, cientistas) uma “ilusão referencial”, produzindo a impressão da realidade do pensamento, fazendo-os acreditar que “há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo”. Que as

coisas só podem ser assinaladas com aquelas palavras e não com outras e “estabelece, dessa forma, uma relação “natural” entre palavra e coisa” (ORLANDI, 2015, p. 33).

As “Amazônias”, esse conjunto extenso de países e territorialidades, segundo Pinheiro (2014), na apresentação do livro *Amazônia Babel*, da professora Simone Lima, “transformaram-se no signo delirante de uma fantasia sediada na natureza. E como tal, uma significativa parte dos discursos sobre a região expressa a utopia de outro mundo” (LIMA, 2014 p. 16). Muitos dos exploradores criaram uma série de argumentos para convencer seus governos distantes, a fim de que pudessem legitimar as invasões, os saques e o imperialismo. Se por um lado havia o esforço em convencer as autoridades sobre as possibilidades de exploração, por outro, as narrativas geravam uma sensação de medo diante dos desafios que a “hiléia misteriosa” produzia.

A “Amazônia” não nos chega como realidade, pois ela só existe como narrativa convencionalizada pelo discurso. Com efeito, é a partir das derivas discursivas que se criam as versões, os silenciamentos, os apagamentos e exclusões de diversas comunidades nativas, com suas línguas, tradições e culturas. Essas ações de políticas perversas emergem como “colonialidade do poder” (QUIJANO, 2002), constituindo um campo epistêmico que implica na circulação de poder nesse processo e que imprimiu certas noções de subalternidade e submissão. Os saberes, nessa perspectiva, são autorizados e legitimados para definir, decifrar e esquadrihar a cultura do outro, bem como suas práticas. Essa subalternidade é pedagógica na medida em que não foi introduzida somente pela força ou coações físicas, mas, sobretudo, pelos contos, pelas narrativas pelos romances, enfim, pela literatura. Nas palavras de Edward Said:

nem o imperialismo, nem o colonialismo é um simples ato de acumulação e aquisição. Ambos são sustentados e talvez impelidos por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação, bem como formas de conhecimento filiadas à dominação: o vocabulário da cultura imperial oitocentista clássica está repleto de palavras e conceitos como “raças servis”, ou “inferiores”, “povos subordinados”, “dependência”, “expansão” e “autoridade” (SAID, 2011, p. 43).

No processo de expansão do colonialismo, foi preciso a emergência de discursos que projetassem a imagem do outro na dimensão da subalternidade, vetando a legitimidade da fala por meio da noção de “cultura superior”, mecanismo pelo qual se instalou as dependências territoriais. Os discursos do Ocidente europeu que estruturaram e sustentaram práticas imperiais por meio dos romances e da literatura do século XIX, como analisa Said, se utilizam, como instrumento de privilegiada expansão, a arte e a ciência, assim como a cultura. Como observa Said, existe um comprometimento por parte das nações imperialistas no sentido de fazerem circular e recircular o lucro produzindo uma aceitação por parte das pessoas da ideia de que, segundo Said:

territórios distantes e respectivos povos deviam ser subjugados e, por outro, revigorava as energias metropolitanas, de maneira que essas pessoas decentes pudessem pensar no *imperium* como um dever planejado, quase metafísico, de governar povos subordinados, inferiores ou menos avançados (SAID, 2011, p. 44).

Em se tratando da “Amazônia acreana”, que é o lugar de onde falamos, fomentaram-se inúmeras ideias gestadas em um “imaginário imperialista” fabricando esse lugar discursivamente como “distante”, de “difícil acesso”, “atrasado”, “desprovido de desenvolvimento”. Esses estereótipos são absorvidos acriticamente, criando no imaginário popular a avidez de se assemelhar e imitar as práticas e os padrões dos “grandes centros”. A “Amazônia acreana”, assim como discute Said sobre as formas de imperialismos, nos chegou, igualmente, pelas narrativas, pelos romances e pelos discursos, os quais, imageticamente, delinearão a necessidade da instauração de políticas modernas e da civilização. Na esteira dessas compreensões, os sentidos vão se agrupando e formando versões discursivas, olhares disformes, perspectívos, ocultando a possibilidade de falar, olhar e viver com outras formas de existência.

A literatura foi fundamental na construção e modulação de iconografias a respeito da “Amazônia”, tratando-a de modo a negar as possibilidades de uma *episteme* produzida nos saberes tradicionais, com isso, produzindo a negação e supressão das comunidades de nativos, suas línguas e memórias. Nesse sentido, dialogamos com Francisco Foot Hardman, que no seu livro: *A vingança da Hiléia*, no capítulo em que trata da *Amazônia como viagem da história: impasses de uma representação literária*, o autor, em linhas gerais, identifica que a literatura elaborada a partir de pesquisas voltadas para a Amazônia e suas vastas representações, não conseguiu se livrar das redes inescapáveis da estereotipia e de uma estética violenta.

Ao destacar o romance *O Cabeleira*, de Franklin Távora, Hardman aponta que no prefácio-manifesto naturalista, Távora evoca em primeiro plano as paisagens Amazônicas que havia tomado conhecimento como secretário do governo da província do Pará, fixando essa Amazônia:

Como um mundo ainda à parte, objeto do nosso sonho civilizatório [...], mas de todo modo um território distante, remoto no tempo e no espaço, envolto no mistério de seus rios, florestas, línguas “sem história”, enfim, no império de uma violência naturalizada, na fúria ancestral de uma natureza indômita (HARDMAN, 2009, p. 25).

O que deve ser ressaltado em função da literatura sobre a “Amazônia”, ou as “Amazônias”, visto que cada literatura traz um rosto, estética e versão diferenciada, são suas representações ficcionais sobre essa natureza violenta e bárbara, lugar exótico e primitivista. Nessa perspectiva, Hardman destaca que “de Euclides da Cunha a Ferreira de Castro e a Márcio Souza, de Alberto Rangel a Dalcídio Jurandir e a Milton Hatoum, parece que o realismo naturalista predomina como chave estética da representação literária da Amazônia no Brasil” (HARDMAN, 2009, p. 28). Essas representações sobre a Amazônia, a despeito de serem obras de ficções, partem de ideias deterministas, elaboradas por saberes que dialogam com o positivismo do século XIX, cuja projeção é a “realidade em si”, como dado concreto num diálogo permanente com os princípios da “identidade nacional”.

No preâmbulo da obra *“Inferno verde”*, de Alberto Rangel, Euclides da Cunha referencia a Amazônia com categorizações de um lugar “natural”, uma “realidade portentosa”. Sua admiração pelos naturalistas que o serviram de inspiração se mostra de forma muito clara no modo como destaca a figura de Walter Bates, naturalista inglês, com suas “descobertas memoráveis”, que “esteiraram o evolucionismo nascente”, surpreendendo os institutos da Europa e a “admiração de Darwin”. Seu elogio também se direciona ao seu discípulo, Alberto Rangel, ao dizer que “a realidade surpreendedora entrou-lhe pelos olhos através da objetiva de um teodolito” (CUNHA, 2001 *apud* RANGEL 2001, pp. 24 e 26). Aparece aqui a ideia de uma “captação da realidade”, de forma minuciosa, pela operação com os instrumentos da ciência, do discurso do saber, e que por meio dessa operação é possível falar da “Amazônia” como se estivesse falando da realidade, na sua essência.

#### **“TERRA SEM HISTÓRIA”: A “AMAZÔNIA” SOB O OLHAR DE EUCLIDES DA CUNHA**

Euclides da Cunha foi um escritor ligado aos anseios e às decepções da instauração da República e forjado nos saberes irradiados do positivismo e das ciências naturais do século XIX. Dessa forma, não se esquivava de sua linha teórica, cria traços sobre uma Amazônia a partir da engenharia, dos saberes das ciências, do espírito nacionalista, da necessidade de construir uma identidade nacional que reproduzisse os sonhos da República. A instauração da República devia ser feita ou pelo desenvolvimento da ciência, da calma, ou pelo uso da força e da espada. Seu ingresso na Escola Militar da Praia Vermelha no Rio de Janeiro em 1886 fazia-o crer em formas de um governo democrático, partindo da ideia do desenvolvimento e do progresso da nação. Sua decepção com os ideais republicanos se dá no momento em que percebe as disparidades entre os sonhos e os rumos equivocados do governo e exército na guerra de Canudos cujos relatos aparecem em *Os Sertões*, de 1902.

Em 1904, o engenheiro seguiu para a Amazônia como chefe da *Comissão Mista Brasileiro-Peruana de reconhecimento do Alto Purus*. A comissão diplomática designada pelo chanceler Barão do Rio Branco tinha o encargo de operar as demarcações das fronteiras entre o Brasil e o Peru, marcadas por muitos conflitos nesse período. O livro *À margem da História* (texto póstumo de 1909), de Euclides da Cunha compõe-se de quatro partes principais: na *Amazônia, terra sem história*: impressões gerais, rios em abandono, um clima caluniado, os caucheros, Judas-Ahsverus, brasileiros e transaccreana. *Vários Estudos*: Viação Sul-americana, Martín García e o primado do pacífico. *Da Independência à República* (ensaio histórico) e *Estrelas Indecifráveis* (crônica). Optamos pelo texto “terra sem história” como forma de análise e queremos tecer alguns apontamentos sobre o olhar de Euclides da Cunha a respeito da Amazônia e sua produção discursiva.

Nas impressões gerais, diante do Amazonas, Euclides da Cunha é apreendido por sentimentos e sensações de vertigens: admiração, entusiasmo e desapontamento. A relação que o escritor faz do Amazonas “real” com as imagens antes desenhadas e prefiguradas é captada de uma forma que o leva ao desapontamento, pois o Amazonas se mostra inferior a muitos lugares do Brasil. Sua visão é fomentada a partir de uma engenharia detalhista, produzida pela ciência e pela técnica, razão pela qual duas referências das ciências naturais são evocadas pelo autor, a saber, Wallace e Humboldt. A “hiléia prodigiosa” produziu sentimentos semelhantes nesses naturalistas. Esse olhar do autor, de maneira súbita, caracteriza sem receio a palavra “Amazônia” vista a partir destes aspectos. Nas palavras do escritor:

toda a Amazônia, sob este aspecto, não vale o segmento do litoral que vai de Cabo Frio à Ponta do Munduba [...] e como lhe falta a linha vertical, preexcelente na movimentação da paisagem, em poucas horas o observador cede às fadigas de monotonia inaturável e sente que o seu olhar, inexplicavelmente, se abrevia nos sem-fins daqueles horizontes vazios e indefinidos como o dos mares (CUNHA, 2006, p. 18).

Diante do Amazonas Euclides produz a “Amazônia”. Nesse sentido a Amazônia é caracterizada sob a insígnia do “real”. Os traços que marcam a produção da “Amazônia” na escrita do autor fluminense, ao compará-la com outros lugares, assemelham-se às correlações feitas dos primeiros viajantes quando caracterizavam os rios, os frutos, as terras e os animais com o que existia na Europa. Era como se fosse extensões, continuidades, existiam, portanto, aspectos lineares, “simulacros reais”.

O desapontamento continua e, desta vez, é produzido por uma “vontade de verdade” (FOUCAULT, 1996): “o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem”. As imagens que são pintadas pelas observações euclidianas, descrevem uma natureza instável, marcada pelo desequilíbrio, pela falta de ordem, desorganizada. A “fauna singular e monstruosa”, a “natureza é portentosa, mas incompleta”, os animais demonstram “formas imperfeitas”, tipos abstratos ou “simples elos na escala evolutiva” (CUNHA, 2006, pp.18 e 25) A natureza, assim como os sujeitos que passam a habitar esses espaços também desorganizam, pois surgem como “intrusos”.

O olhar euclidiano quer decifrar a “Amazônia” a partir de onde a produz, sob o estatuto da verdade. Falta a esta natureza o “encadeamento” que lhe proporcione ritmo, de onde emanam as “verdades da arte e da ciência”. O rio demonstra aspecto de monotonia, ao mesmo tempo salta aos olhos como algo “maravilhoso”. Euclides denomina o Amazonas com sua função “destruidora”, pois, com seu volume, destrói a terra. As percepções do autor partem das suas leituras dos cronistas e viajantes, razão pela qual a todo o momento faz referências aos cientistas, naturalistas, geólogos, exploradores (Wallace, Humboldt, Frederico Hartt, Walter Raleigh, dentre outros). É a partir dessas dizibilidades e visão de progresso que o rio, assim como a “Amazônia”, como forma de produção, são codificados: “tal é o rio; tal, a sua história: revolta, desordenada, incompleta. A Amazônia selvagem sempre teve o dom de impressionar

a civilização distante” (CUNHA, 2006, p. 25).

Como bem observa o pesquisador Hélio Rodrigues da Rocha, em seu livro *Microfísicas do Imperialismo*:

Esse olhar, obviamente, não é neutro nem inocente, antes, categorizador e inquiridor; um olhar que acredita ver, representar e precisa re-apresentar a “realidade” e o próprio outro, mas não se percebe como parte do retratado, isto é, não se quer presença parcial no representado. Sua viagem converte-se num *speculum* em que se projeta sobre o outro, tendo como lente de comparação o seu mundo de origem (ROCHA, 2012, p. 17).

As discursividades que implicam na construção do “outro” estão muito presentes no texto euclidiano. Os sujeitos, assim como toda a natureza, são estereotipados. O olhar desnuda o “outro”, inventa-o a partir de mecanismos e critérios que não são inocentes. “Ver” implica em “dar a conhecer”, “descobrir”, “dominar”. Nesse sentido, “o que é visto ganha estatuto de existência. “Ver”, tornar visível, é forma de apropriação. “O que o olhar abarca é o que se torna ao alcance das mãos” (ORLANDI, 1990, p. 13).

São essas narrativas, pautadas no lugar de origem, nos cânones e nas formas de vivências, que vão representando o outro, caricaturando-o. Ao falar sobre o rio que tem o “dom de impressionar a civilização distante”, Euclides compartilha as semelhanças discursivas das impressões dos viajantes anteriores. Essa “Amazônia selvagem” - na interpretação euclidiana - está distante dos lugares civilizados. Assim, a produção historiográfica se atrela sempre a um *lugar social*, de onde parte uma série de elaborações discursivas. Os métodos e os modos como se inscrevem a história se articulam

com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. [...] Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses (CERTEAU, 1982, p. 66).

Essa “topografia de interesses” institui, por meio de relações de poder, os espaços, os limites, os tratados e as territorialidades. A comissão que demarca os limites entre Brasil e Peru traduz os interesses políticos não só do Estado, mas, ela mesma, tendo como chefe Euclides da Cunha, imprime as marcas do olhar colonizador em consonância com as políticas nacionais. Não se pode delimitar, dessa maneira, as formas de poder como instâncias de uma segmentação política unilateral, ao contrário, são teias de poderes operando, atravessando os sujeitos e seus documentos.

A compreensão euclidiana ao produzir discursivamente a “Amazônia” como “terra sem história” ou “terra sem pátria”, não implica, tão somente, numa desistorização pela falta de intervenções de políticas públicas, mas, é vista “sem história” pelo próprio Euclides da Cunha na medida em que as discursividades construídas pelo autor são ancoradas e equacionadas na perspectiva de um “mito fundador”, refletido nos ideais do progresso como fruto da transição do Brasil Império para o Republicano. Partindo dessa compreensão, as linguagens passam a delinear a negação do “outro” ou de uma pluralidade de sujeitos que pelo apagamento e silenciamento de sentidos e a emergência de outros, o discurso dominante se sobrepõe.

Na perspectiva do autor de *Os Sertões*, há clara dissonância entre homem e a natureza. Homem e natureza não se compreendem numa harmonia, não condiziam com a percepção cientificista do autor. “Aquele natureza soberana e brutal, em pleno expandir das suas energias, é uma adversária do homem” (CUNHA, 2006 p. 27). As condições de precariedades em que muitos homens e mulheres passaram a viver sob variadas formas de coerções dos seringalistas e patrões produziram sentimentos que levaram Euclides a categorizar o lugar de onde fala como “terra sem história”, “à margem”, pois não tem a intervenção do Estado. No entanto, as errâncias, os trânsitos, as movências na espacialização e nas práticas sociais, foram possíveis pelo “nomadismo”, pelos atalhos, pelos saberes tradicionais, pelas diferentes

maneiras de burlar os ordenamentos e as políticas dos barracões.

Na escrita dos autores que narram as “Amazônias”, não obstante serem escritas ficcionais, aparece sempre a ideia de uma transparência da realidade. Ao que parece, esse é um problema que tem absorvido não só escritores da geração de Euclides e seu discípulo Alberto Rangel, mas, sobretudo, escritores do nosso tempo, cuja escrita demonstra aspectos latentes ou mesmo desvelados de uma mentalidade “amazonialista”. Por “amazonialista”, nos referimos à incorporação de visões que partem da palavra “Amazônia” como um dado, inclusive conceitos anacrônicos ao escrever sobre os cronistas do século XVI e fazê-los referir-se a essa “Amazônia” fabricada a partir do século XIX.

As descrições euclidianas querem dar conta de uma história factual, essencialista, que abrange o todo, algo que não é possível, pois, como destaca Keith Jenkins: “A história constitui um dentre uma série de discursos a respeito do mundo. Embora esses discursos não criem o mundo (aquela coisa física na qual aparentemente vivemos), eles se apropriam do mundo e lhe dão todos os significados que tem” (JENKINS, 2005, p. 23).

Dessa forma, os relatos e o mundo sempre nos chegam como narrativas e não como reflexos do “real”, ou seja, não recuperam o passado, não o trazem na sua essência, pois é um construto linguístico. Não é possível sair da narrativa para dar conta da realidade ou de uma “história verdadeira”, uma vez que, assim como Euclides, somos enquadrados pelas diferentes formas de narrar, de dar forma ao mundo, de ficcionalizar. Essa produção da “realidade” é mediada pela linguagem, que por sua vez é uma produção cultural. Assim, “a realidade existe fora da linguagem, mas é constantemente mediada pela linguagem ou através dela: e o que nós podemos saber e dizer têm de ser produzido no discurso e através dele” (HALL, 2003, p. 392).

A “Amazônia” é ficção e as longas narrativas sobre ela a ficcionalizam mais ainda, pois não podem explicitar o que de fato ela é. Assim como o mundo é um texto, a “Amazônia” enquanto texto vai ao infinito nas suas leituras, uma vez que a palavra não é fixa, mas dinâmica. Assim, “o texto se retira, escapa e resiste a qualquer apropriação, porque nunca chegamos a ele [...] abriga um sentido sempre ausente, inalcançável” (LARROSA, 2014, p.109). Dessa forma, um tipo de Amazônia é fabricado, “escriturada” a partir de intuições e pretensões de uma coexistência entre “sujeito e objeto”, no entanto, “isto não é senão o jogo da ficção que constrói” (CERTEAU, p. 22).

O homem que passa a ocupar os espaços dos seringais, esse sujeito esquecido pelo poder público e pela “civilização” é, para Euclides, um “brabo”, pois ainda não aperfeiçoou o corte da madeira. O termo “*brabo*” figura a ideia de incompetente, “malfeito”, “incompleto.” Ao adentrar às “duas portas do paraíso diabólico” dos seringais, este seringueiro embebido na sedução das “*beveas e castilhoas*”, realiza uma “tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se” (CUNHA, 2006, p. 28). Euclides percebe as tramas nas quais se envolve o seringueiro, os regulamentos, as punições, as exigências, as dívidas contraídas por esses trabalhadores, as formas de opressão impostas pelos patrões; entretanto, tais percepções não atenuam os silenciamentos, o apagamento de memórias, os estereótipos e as distrações que aparecem na escrita euclidiana justamente pelos efeitos de sentidos que sua escrita produz.

Para o escritor, a maneira como se dá o povoamento do Acre é fruto de um processo causal/acidental segundo os padrões e diretrizes da ideia de progresso. A linguagem utilizada pelo autor ao referir-se à topografia é a de quem “amansa” um animal, no sentido de domá-lo. Esses aspectos demonstram as representações de ferocidade, “as gentes que a povoam talham-se pela braveza. Não a cultivam, aformoseando-a: domam-na [...] estão amansando o deserto” (CUNHA, 2006 p. 45). “Deserto”, “clima caluniado”, “seringueiro solitário”, são expressões carregadas de significações e que passaram a ser marcos definidores de certas identidades.



Neste aspecto, as contribuições que o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2012) traz no seu texto: *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia* são fundamentais para se pensar a emergência dos discursos que criam mecanismos de controle, de domínios e mandos de fronteiras. É preciso pontuar que a construção de um paraíso imaginado nos relatos de viajantes com mulheres guerreiras onde habitam riquezas e fortunas incríveis, foi palco também de tensões, desvarios, frustrações, pois, à medida que estes cronistas iam colonizando os espaços, tiveram grandes embates com mosquitos, clima, fome, com os nativos, com a própria noção de natureza que precisava, na visão dos colonizadores, ser dominada. A perspectiva sobre o lugar se transforma.

O Acre é um território anexado tardiamente à Federação brasileira pelo Tratado de Petrópolis em 1903 (Tratado este que envolveu um conjunto de eventos e processos) e parte da chamada “Amazônia legal”, ele figura no imaginário social como lugar “atrasado”, “distante”, envolto por florestas, portanto, um lugar no qual ainda não foram possíveis os processos de modernização, onde, em torno da pilhéria “o Acre existe”, traduz-se sua afirmação/negação. Nas palavras de Durval Muniz:

O preconceito quanto à origem geográfica é justamente aquele que marca alguém pelo simples fato deste pertencer ou advir de um território, de um espaço, de um lugar, de uma vila, de uma cidade, de uma província, de um estado, de uma região, de uma nação, de um país, de um continente considerado por outro ou outra, quase sempre mais poderoso ou poderosa, como sendo inferior, rústico, bárbaro, selvagem, atrasado, subdesenvolvido, menor, menos civilizado, inóspito, habitado por um povo cruel, feio, ignorante, racialmente ou culturalmente inferior (ALBUQUERQUE JR, 2012, p. 11).

A caricatura e suas estereotípias sobre a noção de lugar, ligadas, quase sempre aos discursos do nacionalismo, promovem políticas perversas, de enquadramentos, sob epítetos de superioridade e ordenamentos sociais. Nesse modo reducionista de esboçar o outro, a caricaturização tende a diminuí-lo, negando-lhe a possibilidade de falar ao suprimir seus valores. Sob a rubrica dessas alocações imaginárias, constroem-se as percepções reducionistas a respeito do lugar. Em se tratando do Acre, por exemplo, esse território circunscrito numa plêiade de discursos estereotipados, serviu como receptáculo de pessoas pertencentes às “classes perigosas”, a “escória social” de “indesejados” pela República no início do século XX. Segundo o historiador Francisco Bento:

O significado do termo “ir para o Acre” expressava e muito isso em um imaginário que denotava ser bastante sedimentado na capital do país. A distância e os estereótipos relacionados ao lugar pareciam configurar-se em elementos que contribuiriam para o isolamento e contenção dos desterrados, aos olhos daqueles que os renegavam, nos confins da Amazônia brasileira (SILVA, 2013, p. 208).

As noções euclidianas sobre o lugar, numa constante repetição das visões de viajantes anteriores sobre esses espaços e territórios “indômitos”, “melancólicos”, “paraíso tenebroso”, à margem da civilização e do progresso, ganham culminância e sentidos literários na sua narrativa sobre o “Judas-Ahsverus”. O homem que passa a habitar a Amazônia como “intruso” diante de uma natureza que não corresponde à “matriz da escala evolutiva”, ganha corpo no conto de Euclides a partir da sua narrativa sobre o “Judas-Ahsverus”. “Essa narrativa curta possui uma unidade épico-dramática [...] do modo ensaístico-dissertativo, predominante no conjunto de textos, para o campo narrativo-ficcional” (HARDMAN, 2009 p. 47). As impressões do narrador ao assinalar os seringueiros como sujeitos que “trabalham para escravizar-se”, personagens solitários, reféns de padrões opressores, desprovidos de leis trabalhistas que lhes deem a possibilidade de reverem seus direitos, são incorporadas ao “Judas-Ahsverus”.

Com efeito, as representações euclidianas sobre o seringueiro, negam-no na sua historicidade, como sujeito político e o reduz a um personagem do horizonte cultural. O não reconhecimento do aspecto político e histórico traduz o apagamento de memórias, das subjetividades e a fabricação de imagens a respeito do outro.

É justamente nesse horizonte que a Amazônia foi sendo fabricada, fantasiada. As representações que deram rosto aos povos tradicionais nos livros didáticos demonstram as errâncias de sentidos, aspectos generalizantes e estereotipados. Desde a chegada dos colonizadores ao “Novo Mundo”, as ideias que marcam a mentalidade das populações e a veiculação da mídia, contribuíram para a arquitetura de representações sobre a região. Para que os aspectos dessa Amazônia fossem ganhando ressonâncias, assim como uma variedade de povos que a ela foi vinculada, foi preciso haver uma apropriação do imaginário e como algo dado à priori.

O cenário montado sobre a figura do seringueiro na literatura euclidiana, como um sujeito “solitário”, que cria um simulacro de “autopunição” justamente pelo fato de entrar num esquema de “sujeição” que lhe causa dor, não levou em consideração as resistências, os atalhos e os descaminhos de uma pluralidade de sujeitos, que na relação com os poderes praticados nos barracões, plasmaram estratégias de “insubordinação”, “desobediências” e produziram inúmeros saberes e experiências sociais.

A dispersão dos sentidos vista ao longo da escrita e dos relatos de viajantes aparece em Euclides e naqueles que deram seguimento ao projeto de produzir hermenêuticas e polifonias sobre as regiões das Amazônias. Em *Judas-Absverus* - releitura da tradição judaico-cristã -, o narrador coloca o seringueiro numa posição onde terá a oportunidade de vingar-se de seus dias melancólicos. A relação que se dá entre humano e o sagrado, para Euclides, não é harmônica, assim como não é harmônica a relação entre homem e natureza. O “Redentor não os redimiu”, “esqueceu-os para sempre” e os condenou à vida solitária junto do rio. O narrador do Alto Purus não dá voz aos seringueiros, fala por eles. Essa trama assemelha-se com o diálogo de Foucault (2011) sobre o louco. O louco era alguém cujo discurso não podia circular como o dos outros, pois podia ocorrer que sua palavra não tivesse legitimidade. Era por meio de suas palavras que se reconhecia o louco, “não eram nunca recolhidas nem escutadas” (FOUCAULT, 2011, p. 11).

A imagem desfigurada na narrativa, fruto das mutações dos olhares de todas as personagens do conto, reflete o olhar caleidoscópico de Euclides: seu olhar onisciente que a tudo capta. O Judas, com seus aparatos, representa, para o autor, a realidade dolorosa, fugidia, desesperançosa. Os olhos do Judas são fabricados como olhar triste, um olhar misterioso. A figura vai se transfigurando paulatinamente em homem pela “ótica da ilusão”. Dessa forma, mais uma vez se veem as representações dos olhares em movimento, a arquitetura ficcional. É a partir desse filão que se criam e recriam as peripécias, numa constante flutuação entre o “real” e a “fantasia”, constituindo uma “Amazônia” e seus personagens por meio do imagético, “apropriada simbolicamente pelos narradores que descreveram discursivamente. Patenteava-se, desse modo, uma estética da *monumentalidade* destituída da tomada de consciência e das lutas políticas do seu povo” (LIMA, 2014, p. 77).

O olhar do escritor é construído a partir do homem de Estado, em busca do progresso, dos projetos republicanos. No entanto, o que encontra é um “*paraíso perdido*”, pois, move-se distante da civilização e da modernidade. Dessa forma, marcam-se as “interdições” dos discursos ligados aos desejos de poder. Da mesma forma como se tratava o “louco”, aos sertanejos (Judas) é dada a palavra simbolicamente. Representados, mascarados, desprovidos de suas potencialidades, estes sujeitos, são silenciados. Foram esquecidos pelas ações do Estado e, igualmente o são pela escrituração do poder e pelas marcas de uma “maquinaria discursiva” de políticas perversas.

Uma pesquisa que nos faz repensar a dinâmica e as movências de trabalhadores, seringueiros, agricultores e outros, a partir de outro rio, o Muru, é a pesquisa: *Trabalhadores do Muru, o rio das cigarras*, do historiador Gerson Rodrigues de Albuquerque (2005). A partir desse rio, Gerson Albuquerque narra as vivências e experiências sociais de trabalhadores, que, ao contrário do que nos veio pela escrita de Euclides, não eram inaptos, passivos, incapazes, encerrados dentro de sentidos fixos e que aceitavam

de bom grado as normas truculentas de seus patrões. Ao contrário, as teias de poderes que atravessavam esses trabalhadores não os eximiam, a partir de suas experiências sociais, de construir inúmeras possibilidades de resistências nos arredores desse rio.

Ao narrar parte das vivências desses trabalhadores do Muru, o autor percebe, por meio das falas e depoimentos, que os ordenamentos sociais onde esses sujeitos se inserem, não são desprovidos de um chão político, mas constituem palco de grandes enfrentamentos. As resistências e as mobilidades desses seringueiros aparecem, nas análises do autor, nos “*desvios*” de produção de borracha, “*sabotagens*”, negociações “*por fora*” (à revelia do barracão), fugas, “*arruaças*”, reivindicação por melhores preços, “*entrancheiramento*”, “*tocaias*” e outras formas de transgressão (ALBUQUERQUE, 2005, p. 65). Essas práticas rompem com a ideia de que esses “*sujeitos do mato*” foram incapazes de produzir uma *episteme* própria, que numa submissão cega se reduziram à melancolia e aos dias tristes. Ao contrário, desenvolveram mecanismos de sobrevivências para além dos discursos que os enquadravam numa imobilidade apática.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura brasileira sempre enalteceu as obras de Euclides da Cunha. Esse autor, sempre admirado pela linguagem e pelos termos rebuscados que dão contornos estéticos à escrita por ele produzida. No entanto, não escapou às teias do discurso e, ao produzi-lo e posicionar-se com a coragem de alguém que representa o Estado, com as lentes da ciência e do nacionalismo, produziu - não só desejos e resíduos utópicos de uma natureza no curso de sua completude -, imagens de sujeitos e noções sobre limites territoriais, caricaturando essas imagens a partir de elaborações conceituais, reducionistas, numa constante repetição do “*discurso fundador*” e dos projetos colonizadores que marcaram essas territorialidades durante séculos.

As frustrações vivenciadas por esse escritor, a partir do Purus, ao perceber que a “*Amazônia*” não se coaduna às suas percepções nacionalistas, fazem com o mesmo passe a produzi-la e fabricá-la. Essa fabricação se dá por meio de narrativas, de discursos. Dessa forma, as coisas, os objetos, os documentos, os sujeitos e sua história, não nos chegam na “*essência*”, como de fato são. Chegam-nos como narrativas e não como realidades. Ora, as movências de sentidos assim como suas errâncias, correntes dentro de topografias discursivas, estabelecem histórias, não histórias reais, mas ficções. Dessa forma, “*À margem da história*” é um texto ficcional, mesmo que os dizeres e as linguagens queiram falar do “*real*”.

Assim, se os sujeitos, as coisas e os objetos são narrados, não podemos correlacioná-los concretamente ao signo “*Amazônia*” enquanto “*realidade*”, pois é a partir dessas referências emolduradas e cristalizadas por inúmeras convenções que esse signo ganha densidade nas teias discursivas por meio de clichês, como: “*meio ambiente*”, “*sustentabilidade*”, “*pulmão do mundo*”, “*florestania*”. Esses construtos são caracterizações fechadas e estereotipadas nas ideias fixas de “*região*”, “*fronteira*”, “*comunidades culturais*” ou identificações culturais, elencadas por meio de traços culinários, como se as pessoas se definissem por elas. No entanto, essas “*Amazônias*”, objeto de desejos e marcada pela heterogeneidade, pode ser pensada como versão, como “*texto*”, para quebrá-lo, estabelecer dispersões, desconstruir sua fabricação, desalinhar seus fios e produzir outros sentidos no reino das palavras.

### DISCURSIVE VERSIONS OF AMAZONIA: BETWEEN “REALITY AND FICTION” IN “THE AMAZON – LAND WITHOUT HISTORY”, BY EUCLIDES DA CUNHA

#### ABSTRACT

This work seeks to propose some reflections about the work *The Amazon – Land Without History*, by Euclides da Cunha. The

so-called literature on Amazonia, which produced innumerable work, constructed versions, deformed representations, multi-faceted writings on the “Amazonias”. Some of these works, do not recognise that this “Amazonia” is not a natural, monolithic and homogeneous place, an a priori, but is the product of discursive strategies and practices, power relations, with the purpose of fabricating specific tropical identities. The theoretical premise that informs the analysis of the texts is the Foucauldian perspective, yet without renouncing to dialogue with other authors, such as Hall, Certeau, Orlandi, Said. The main thesis with which we seek to engage is the idea that “Amazonia”, as a discursively produced sign, cannot be accessed through its “essence” as a “reality”, but through its nature as a narrative and a fiction produced in the interface of meanings.

#### **PALAVRAS-CHAVE**

Amazonia. Discourse. Euclides da Cunha.

#### **REFERÊNCIAS**

- ALBUQUERQUE, G. R. *Trabalhadores do Muru, o rio das cigarras*. Rio Branco: Edufac, 2005.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *A invenção do nordeste e outras artes*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. 2. ed., São Paulo: Cortez, 2012.
- CUNHA, E. *À margem da história*. São Paulo, Martin Claret, 2006
- CERTEAU, M. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Edições Loyola, São Paulo, 1996.
- FOUCAULT, M. *Diálogo sobre o Poder*. In: *Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2003.
- GONDIM, N. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- HARDMAN, F. F. *A vingança da hiléia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.
- JENKINS, K. *A história repensada*. Tradução de Mário Vilela, 3. Ed., São Paulo: Contexto, 2005.
- JOACHIMSTHALER, J. *A literarização da região e a regionalização da literatura*. *Revista Antares – Letras e Humanidades*, n. 2, jul./dez. 2009.
- LARROSA, J. *Linguagem e educação depois de Babel*. Traduzido por Cynthia Farina. 2. ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- LIMA, S. S. *Amazônia babel: línguas, ficção, margens, nomadismos e resíduos utópicos*. 1 ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.
- ORLANDI, E. P. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1990.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 12. ed., Campinas (SP): Pontes Editores, 2015.
- QUIJANO, A. *Colonialidade, poder, globalização e democracia*. *Novos rumos*, ano 17, n. 37, 2002.
- RANGEL, A. *Prefácio*. In: CUNHA, E. *Inferno verde: cenas e cenários do Amazonas*. 5. ed., revista, Manaus: Editora Valer; Governo do Estado do Amazonas, 2001.
- ROCHA, H. R. *Começando a viagem: primeira milha e a Amazônia na década da destruição*. In: *Microfísicas do imperialismo: a Amazônia rondoniense e acreana em quatro relatos de viagem*. Curitiba: Editora CRV, 2012.
- SAID, E. W. *Cultura e imperialismo*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SILVA, F. B. *Acre, a Sibéria tropical: desterrados para as regiões do Acre em 1904 e 1910*. Manaus: UEA Edições, 2013.
- UGARTE, A. *Sertões de Bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos (séculos XVI-XVII)*. Manaus: Editora Valer, 2009.

Data de recebimento: 30/03/2016

Data de aceite: 28/04/2016